



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS SOB A PERSPECTIVA FEMINISTA: CONSIDERAÇÕES SOBRE INTERSECCIONALIDADE E A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA *QUEER*

Caroline Pacheco Alexandre

Universidade Federal da Bahia

caroline.alexandre.100@gmail.com

Resumo: Pretende-se, neste artigo, estudar o feminismo interseccional nas Relações Internacionais, bem como as contribuições trazidas pela teoria *queer* a essa corrente de pensamento. A análise baseia-se numa pesquisa qualitativa, predominantemente bibliográfica, aplicando-se os métodos comparativo, descritivo e explicativo. A visão feminista no estudo das Relações Internacionais desafia o modelo tradicional de produção científica dessa disciplina, no qual figuram o realismo e o liberalismo, dentre outros. Tal modelo foi desenvolvido de forma gendrada, por ter sido basicamente produzido por homens e para homens. A lente feminista permite enxergar que as características pessoais do/da cientista influem nos resultados da pesquisa, em detrimento de suposta objetividade. Nesse sentido, encontra-se o feminismo interseccional como uma forma abrangente de estudar as opressões fundadoras das relações internacionais – como gênero, classe e raça – as quais com frequência são ignoradas em prol de um Estadocentrismo. A teoria *queer* enriquece a visão feminista interseccional ao incluir a sexualidade como opressão marcante nas RI e por estimular um método científico que procura desestabilizar categorias que podem gerar novas formas de opressão.

Palavras-chave: feminismo, Relações Internacionais, interseccionalidade, *queer*.

Introdução

É comum que estudiosos das Relações Internacionais ignorem teorias feministas da disciplina, por considerarem que as questões de gênero são desimportantes e restritas ao âmbito privado ou à *low politics*. Entretanto, o feminismo nas RI oferece respostas sobre como a desigualdade de gênero é fundante da ordem internacional, e não somente acessória.

O presente trabalho objetiva analisar que a referida desigualdade não é a

única forma de opressão marcante das desigualdades internacionais. É preciso verificar que questões de classe, raça e sexualidade também promovem hierarquias na disciplina das RI e também na ordem internacional. Diante disso, é necessário pensar a opressão de gênero sob um ponto de vista do feminismo interseccional, que quer dizer considerar as demais formas de opressão.

No primeiro tópico, objetiva-se fazer uma discussão a respeito das limitações do modelo científico tradicional das Relações Internacionais e analisar a



necessidade de uma visão feminista da disciplina. Tecem-se, então, considerações acerca da teoria feminista das Relações Internacionais e de suas características.

Em seguida, estuda-se a importância da visão feminista interseccional para realizar um estudo abrangente das RI. Por fim, analisa-se a contribuição que a teoria *queer* tem a oferecer para um entendimento interseccional das Relações Internacionais, ao possibilitar uma visão sobre sexualidade que procura desestabilizar constantemente as categorias e conceitos, que podem gerar opressões.

No que concerne à metodologia, a presente pesquisa apresenta teor qualitativo, com abordagem baseada essencialmente em textos. De caráter exploratório, o trabalho almeja, principalmente, abordar o assunto de forma a esclarecê-lo melhor. Assim, elaboraram-se hipóteses, que foram sendo esclarecidas ou refutadas ao longo do levantamento e análise de obras – nas áreas de teoria das relações internacionais, história, política internacional, e outras.

A pesquisa bibliográfica, que se baseia no estudo de material já elaborado sobre o tema¹, consiste no pilar da presente pesquisa. Na análise do material coletado, aplicam-se: o método comparativo, para

¹ GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

cotejar as informações encontradas; e o método descritivo, ao expor dados qualitativos encontrados. Por fim, a pesquisa, que ainda está em andamento, objetiva um viés explicativo, que consiste em identificar os fatores que provocam ou influenciam para a ocorrência dos fenômenos², desenvolvendo uma teoria a respeito do assunto estudado.

1. Considerações sobre o feminismo nas Relações Internacionais: a desigualdade prática e na produção do conhecimento

O desenvolvimento da teoria de Relações Internacionais, com frequência, é organizado na forma cronológica de “grandes debates”³. O primeiro seria entre realistas e liberais – ou idealistas; o segundo, entre tradicionalistas – dentre os quais figuram liberais e realistas – e behavioristas; e o terceiro, entre positivistas e pós-positivistas, dentre outras variações, que mudam de autor para autor⁴.

Dum ponto de vista geral, tanto as teorias liberais quanto realistas consideram que o sistema internacional é formado pela anarquia, que consiste na ausência de um poder central. Nisso, os liberais acreditam

² Ibid., p. 41-43.

³ SMITH, S. The Self-Images of a Discipline: a genealogy of international relations theory. In: SMITH, S. (ed.). *International Relations Theory Today*. University Park: Pennsylvania State University Press, 1995.

⁴ Ibid., p. 13-17.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

na possibilidade de cooperação entre os Estados. Os realistas, por sua vez, dão ênfase ao poder e à competição entre os entes estatais, e não confiam na possibilidade de cooperação⁵. Têm-se aí as vertentes tradicionais das relações internacionais⁶.

As RI, no entanto, são bastante complexas. As estruturas de poder cotidianas são desiguais, sendo legitimadas por uma produção de conhecimento baseada no senso comum, o que reforça a necessidade não de uma mera teoria de solução de problemas, e sim uma teoria crítica⁷, que se comprometa com a alteração da realidade e que não se limite às variáveis tradicionais da teoria de RI. Uma das desigualdades marcantes refere-se à questão de gênero.

Não somente a prática das relações internacionais é dominada por homens e pelo masculino. A construção da disciplina das Relações Internacionais é repleta de relações de opressão, que vão além do

gênero. Segundo Arlene B. Tickner, a disciplina não está fundada apenas em questões de guerra e paz, pois se constituiu gendrada e desafiada por questões de raça. Dessa forma, é necessário desenvolver uma reflexividade da disciplina, o que significa fazê-la pensar sobre si, para, com isso, ir além dos limites tradicionais das RI.

Arlene Tickner preleciona que as feministas questionam a ideia de ciência que é disseminada tradicionalmente pela modernidade, notadamente os ideais de objetividade, o método científico e a dicotomia natureza e cultura, por serem formas pobres de aferir como o conhecimento é formado. A autora destaca também que as correntes feministas denunciam a ciência moderna como cúmplice das relações assimétricas de poder⁸.

As mulheres estiveram, por muito tempo, ausentes da produção do conhecimento, especialmente no que tange à política internacional. Segundo J. Ann Tickner, a perspectiva de gênero é algo muito recente nessa área do conhecimento e dificilmente é incluída nos debates principais das RIs. O realismo, em particular, é alvo de críticas pelas

⁵ MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais, *Estudos Feministas*, 21(1): 424, jan.-abr., 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v21n1/04.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

⁶ TICKNER, J. Ann. You Just Don't Understand: Troubled Engagements between Feminists and IR Theorists, *International Studies Quarterly*, vol. 41, n. 4, 1997, p. 611-632.

⁷ TICKNER, J. Ann. Continuing the conversation... *International Studies Quarterly*, vol. 42, n.1, p. 205-210, 1998. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2600826>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

⁸ TICKNER, Arlene. Core, Periphery and (Neo)Imperialist International Relations. *European Journal of International Relations*, vol.19, n.2, p.627-646, 2013.



feministas, pois tem a pretensão de ser objetivo e universal, e apresenta uma epistemologia gendrada, masculinizada, baseada em experiências que acometem mais os homens do que as mulheres⁹.

De acordo com J. Ann Tickner, as características dos Estados vistas pelos realistas, tais como força, independência, autoajuda, remetem a características de um homem soberano. Enquanto isso, aquilo que é considerado feminino é muitas vezes visto como tolo, irracional, irrealista. Assim, a identidade do homem soberano depende da mulher, que é o outro. Nessa lógica, a identidade dos Estados é formada em relação ao outro, considerado perigoso e não valioso¹⁰.

A ótica feminista permite perceber que a identidade do Estado, com fulcro nas ideias realistas, é formada com base na ideia do homem soberano, com a força de atuar internacionalmente. Dessarte, não há espaço para o comportamento moral dos Estados, deixando isso somente para o âmbito privado, geralmente associado à figura da mulher. A construção dos Estados, portanto, deu-se de forma gendrada, excluindo as mulheres¹¹.

Segundo Rob Walker, a soberania estatal consiste numa reificação da identidade humana como característica do homem racional¹². Nesse sentido, considerando que as mulheres ficaram, por muito tempo, alijadas do direito ao voto e que os cargos de poder político são majoritariamente exercidos por homens, o sistema internacional e os Estados representam principalmente uma vontade masculina¹³.

A metáfora da família contribuiu para restringir as mulheres ao privado e afastá-las do poder estatal. Essa mesma lógica, segundo J. Ann Tickner, contribui não somente para a opressão de gênero, como também para a opressão de raça. O ideal da família é comumente associado a pessoas brancas, do Ocidente, o que pode provocar racismo e exclusão de pessoas não brancas, ainda que componham a população de um país. Dessa forma, as diferenças e hierarquias não se dão somente dentro de um Estado, mas entre Estados¹⁴.

As identidades nacionais são construídas com base no outro, o que permite a criação e o reforço das hierarquias sociais e culturais. Dessa feita, a luta para essas hierarquias se reduzirem

⁹ TICKNER, J. Ann. Identity in International Relations Theory: feminist perspectives. In: LAPID, Y.; KRATOCHWIL, F. (eds.). *The Return of Culture and Identity in IR Theory*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1996.

¹⁰ Ibid., p. 151.

¹¹ Id., 1996, p. 151-152.

¹² WALKER apud TICKNER, J., 1996, p. 152.

¹³ TICKNER, J., 1996.

¹⁴ Ibid., p. 156-157.



passa pela luta contra a opressão de gênero e a exclusão das mulheres¹⁵.

É necessário concordar com Tickner sobre a construção da identidade nacional e sobre as diferenças internacionais construídas de forma gendrada. Verifica-se que essa noção contribui para a inferioridade de raça e para opressões como aquela entre Estados. Isso tudo demonstra que é preciso promover um feminismo interseccional, que compreenda não somente a dimensão da opressão de gênero, como também de raça, as opressões econômicas, dentre outras. Não devem ser ignoradas as formas de opressão mantidas nas RI, sob pena de reproduzi-las e perpetuá-las.

Apesar das desigualdades proporcionadas pelo sistema internacional baseado nos Estados, concorda-se com o posicionamento de J. Ann Tickner no sentido de não desistir totalmente do Estado, pois, muitas vezes, é ele, em sua forma democrática, que garante a proteção de direitos. Esse Estado, então, para que não gere doutrinas de inferioridade ou superioridade que estabeleçam hierarquias no sistema internacional, deve ter sua identidade reconstruída de forma a não estar relacionada a formas militarizadas, gendradas e excludentes¹⁶.

¹⁵ TICKNER, J., 1996, p. 158.

¹⁶ Ibid., p. 158-159.

Dessarte, somada à reconsideração das identidades dos cidadãos, seria possível criar um diálogo entre as diferentes culturas, evitando a criação de hierarquias.

1.1. A epistemologia feminista

A maior parte da produção feminista está localizada no que é chamado de terceiro debate das Relações Internacionais. J. Ann Tickner, ao rebater acusações de que sua teoria estaria muito focada nos EUA, afirma que, mesmo dentro do país, o feminismo nas RI apresenta um papel marginal se comparado com a metodologia tradicional¹⁷. No Brasil, por exemplo, persiste uma baixa permeabilidade acadêmica da questão de gênero nas RI: na elaboração de teses doutorais, na bibliografia de processos seletivos de pós-graduação, dentre outras circunstâncias¹⁸.

Os trabalhos feministas nas Relações Internacionais são, com frequência, minimizados e considerados acrílicos, não científicos ou meramente opinativos. Tais críticas partem

¹⁷ Id., 1998

¹⁸ MERCHER, L. Teoria Queer e Relações Internacionais: análise da permeabilidade acadêmica de gênero no Brasil. *Mural Internacional*, v. 8, n. 2, p. 150-164, set. 2018. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/34466>>. Acesso em: 9 nov. 2018.



principalmente dos acadêmicos que adotam métodos e visões tradicionais das RI, que diferem substancialmente dos modelos feministas. Essa resistência dos acadêmicos tradicionais mostra o caráter gendrado das discussões nas Relações Internacionais¹⁹.

A produção de ciência comumente apega-se a uma suposta neutralidade de gênero, que, na verdade, indica uma predominância do gênero masculino de forma mascarada. De acordo com J. Ann Tickner, a maioria das feministas das RI abordam o gênero como uma construção social e empregam essa categoria com o objetivo de questioná-la. Nesse sentido, as feministas, em geral, definem gênero, no sentido simbólico, como um conjunto de características que são construídas social e culturalmente e que estão associadas ao estereótipo de masculinidade – como poder, racionalidade, autonomia e outros²⁰

Dentre as principais vertentes da epistemologia feminista, destaca-se o ponto de vista feminista, o qual, segundo Nancy Hartsock, significa observar as consequências epistemológicas de afirmar que a vida das mulheres difere de forma estrutural da vida dos homens. Para a autora, a dominação masculina, ocidental e branca na ciência produziu um conhecimento parcial e excludente, que

marginaliza as mulheres. Dessa feita, a mulher pode aproveitar seu conhecimento de vivência enquanto mulher como uma vantagem contra a dominação masculina, o que permite capacidade explicatória e emancipatória²¹.

É preciso abandonar a ideia epistemológica tradicional de sujeito conhecedor desinteressado. Dessa maneira, as feministas propõem uma epistemologia que contesta a presunção de irrelevância da identidade do/da cientista, pois a posição deste/a influencia o conhecimento²².

De acordo com Cynthia Enloe, é necessário investigar como funcionam as masculinidades e feminilidades e como elas modelam a vida política internacional. Para isso, é preciso alimentar uma investigação com curiosidade de gênero e refletir sobre os usos corretos ou não das novas e velhas ferramentas de pesquisa²³.

Percebe-se que é necessário estimular uma curiosidade do/da cientista sobre como o gênero molda as Relações Internacionais, de forma a fazê-lo/a questionar as atuais estruturas e opressões vigentes. Esse é um mecanismo para fundar uma teoria crítica capaz de influir na transformação da realidade. A mudança

¹⁹ TICKNER, J., 1997, p. 612-613.

²⁰ Ibid., p. 614.

²¹ HARTSOCK apud SMITH, 1996, p. 28.

²² SMITH, 1996, 28-29.

²³ ENLOE, Cynthia. *Bananas, Beaches and Bases: making feminist sense of international politics*. Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press, 2014.



na produção do conhecimento em RI é indispensável e, para isso, é fundamental a reflexividade da disciplina e o constante questionamento da ordem imposta.

É inegável que a política internacional é historicamente dominada por homens. É formada por homens a maioria esmagadora dos chefes de Estado que ajudaram a construir o sistema internacional nos moldes atuais. Diante disso, as RI foram moldadas de acordo com o predomínio masculino, seja na unidade familiar, seja na sociedade dos Estados ou na sociedade internacional.

Diante dessa realidade, Cynthia Enloe preleciona que a vida particular das mulheres importa, pois o fato de terem sido relegadas ao cuidado da família, ao âmbito doméstico e desprovidas, por muito tempo, de participação política contribuiu para a lógica de formação da política fosse gendrada. A autora propõe a máxima de que “o particular é político”, vez que o modo pelo qual o poder age dentro das famílias é fundamental para desenhar a maneira pela qual ele é orquestrado nos partidos políticos, nos governos e nas relações internacionais²⁴. A autora incita o interesse pela vida particular de cada uma das mulheres, porque cada uma delas pode auxiliar na construção de uma realidade diferente, contra a opressão de gênero.

Enloe dá exemplos do papel das mulheres que trabalharam na Liga das Nações, arquivando documentos, aos quais se tem acesso hoje graças a esse trabalho. Assim, é preciso fazer a seguinte pergunta: “onde estão as mulheres?”, a fim de descobrir as ideias, relações e políticas gendradas que dependem do papel ocupado pelas mulheres²⁵, seja nacional ou internacionalmente.

2. A necessidade da visão feminista interseccional nas Relações Internacionais

A política internacional não foi formada somente a partir de uma visão gendrada de mundo. Outras opressões a constroem e, dessa forma, não se pode ignorá-las. Alexander Anievas, Nivi Manchanda e Robbie Shilliam, com base nas ideias de Du Bois, analisam que a raça e o racismo exerceram papel fundamental para a formação da opressão e da hierarquia atualmente verificada na política global. Além do padrão gendrado evidenciado por J. Ann Tickner, o paradigma de ciência aplicado tradicionalmente nas relações internacionais, predominantemente formado por europeus e estadunidenses, construiu, segundo Anievas, Manchanda e

²⁴ ENLOE, 2014, p. 348.

²⁵ Ibid., p. 6-7.



Shilliam, uma visão de mundo que segrega bárbaros e civilizados e possibilitou ações colonialistas²⁶.

Diante disso, faz-se necessário aquilo que os autores mencionados propõem: que as RI repensem suas bases, seguindo o exemplo da Antropologia e, para isso, é preciso autorreflexividade. Repensar as relações internacionais inclui pensar a interseccionalidade de forma crítica, e não somente bradar “raça, classe e gênero” como mantra. A interdisciplinaridade é necessária para a compreensão de fenômenos econômicos, sociais, políticos, psicológicos, dentre outros, que implicam nas relações internacionais e fundam as opressões que as acometem²⁷.

A lente feminista para o estudo das Relações Internacionais, portanto, não se deve distanciar das outras formas de opressão que construíram o atual sistema internacional. Daí a importância da visão interseccional, cujo conceito foi cunhado por feministas negras nos anos 80²⁸. De acordo com Kimberlé Crenshaw, o

conceito de interseccionalidade consiste em considerar as consequências estruturais e as dinâmicas “da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”²⁹.

Segundo Patricia Hill Collins, comumente cada grupo favoriza um tipo de opressão com o qual se sente mais próximo ou com o qual prefere e acaba-se considerando os demais menos importantes. Nesse sentido, ela ressalta que poucos são os indivíduos puramente opressores ou oprimidos, pois inevitavelmente reproduz-se alguma forma de opressão em relação aos demais³⁰. Portanto, é necessário construir uma organização teórica em que as opressões sejam conjuntamente consideradas, com o questionamento às categorias tradicionais.

Collins ressalta a limitação que as categorias raça, classe e gênero possuem se não pensadas criticamente. Ela, então, observa que não se devem analisar de forma a adicionar opressões, pois essas baseiam-se nas dicotomias “ou/ou”: homem/mulher, negro/branco³¹, proletário/burguês, dentre outras. Esse

²⁶ ANIEVAS, A.; MANCHANDA, N.; SHILLIAM, R.. Confronting the Global Colour Line. In: ANIEVAS, A.; MANCHANDA, N.; e SHILLIAM, R. (eds.). *Race and Racism in International Relations: Confronting the Colour Global Line*. Londres e Nova York: Routledge, 2015.

²⁷ Ibid., passim.

²⁸ RODRIGUES, C. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10, 2013. Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2013.

²⁹ CRENSHAW, K.. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero, *Estudos feministas*, 1, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

³⁰ COLLINS, P. H. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categoria de análise e conexão. In: MORENO, R. (org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: SOF, 2015.

³¹ Ibid., p. 15-16



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

pensamento de categorias excludentes e opostas limita a análise, pois, por exemplo, a autora explica que ela é professora universitária e mãe, e uma coisa não exclui a outra. Dessarte, o pensamento meramente dicotômico não permite vislumbrar que pessoas podem ser, ao mesmo tempo, opressoras e oprimidas³².

O pensamento, então, deve ser de não hierarquizar as opressões, no sentido em que as teorias somatórias de opressão fazem. O que pode acontecer, na verdade, é que alguma forma de opressão pode ter primazia na vida de uma pessoa e, por isso, torna-se mais visível. Dessa forma, considerar a primazia de determinada forma de opressão não significa desconsiderar que as questões de raça, classe e gênero, de acordo com Collins, estruturam todas as relações³³.

Diante disso, o feminismo interseccional é aquele que privilegia a análise da opressão de gênero, sem, contudo, desconsiderar as demais opressões. O recorte de estudo fixa-se nas mulheres, mas reconhece, por exemplo, que as mulheres brancas podem sim desfrutar privilégios aos quais as mulheres negras não têm acesso. É necessário não hierarquizar opressões, mas reconhecer que elas estão presentes conjuntamente nas relações.

Sandra Harding considera a opressão de gênero em três aspectos: institucional, individual e simbólico³⁴. No âmbito institucional, em particular, estruturam-se dominações e hierarquias machistas, nas escolas, agências governamentais, no Estado, dentre outros. Além disso, as imagens simbólicas das categorias de raça, classe e gênero contribuem para a perpetuação das dominações e subordinações. Por exemplo, as características de feminilidade como a fragilidade, a emotividade, dentre outros, são frequentemente atribuídos especificamente a mulheres brancas. Mulheres brancas e mulheres negras têm uma forma diferente de lidar com a autoridade branca masculina e isso deve ser levado em consideração³⁵. O caminho, então, é não ignorar questões de classe e raça na análise da opressão de gênero.

O aspecto individual da opressão também deve ser analisado. Nesse sentido, ainda que se trate especificamente das Relações Internacionais, a vida particular das mulheres importa. Isso porque, de acordo com Collins, o status simbólico em que se inserem as pessoas influi nas escolhas particulares. Diante disso, a escolha particular torna-se um ato

³² COLLINS, 2015, p. 15-16.

³³ Ibid., p. 19.

³⁴ HARDING apud COLLINS, 2015, p. 20.

³⁵ COLLINS, 2015.



político³⁶, o que confirma as afirmações de Cynthia Enloe nesse sentido³⁷.

Collins analisa, então, que gênero, raça e classe são categorias que devem ser analisadas conjuntamente, e isso é um requisito para que mudanças ocorram. É necessário reconhecer as diferenças de poder e privilégio. A autora verifica que a sala de aula é um local de debate e minimização dessas diferenças, ao igualar a possibilidade de debate e exposição de ideias³⁸. Portanto, a universidade é um espaço para o desenvolvimento de debate, o que possibilita a resistência e esforços para lutar contra as opressões.

O predomínio do homem branco no cenário internacional e na produção da ciência tem sido questionado cada vez mais, assim como a luta de classes que se estende ao nível internacional por meio da expansão do modo de produção capitalista, o qual necessita de expansão geográfica para sobreviver³⁹. A teoria feminista interseccional, portanto, oferece os meios para combater as opressões nas relações internacionais, sem virar as costas para as opressões de caráter econômico.

Outro aspecto relevante que deve ser considerado é a opressão oriunda da sexualidade. A normatividade

heterossexual é imposta e indubitavelmente contribui para a marginalização de categorias dissidentes. Nisso, a teoria *queer* traz importantes contribuições ao feminismo interseccional.

3. A contribuição da teoria *queer* ao feminismo interseccional das Relações Internacionais

A teoria *queer* adiciona a variável da sexualidade à análise das relações internacionais⁴⁰. Ela comporta os corpos considerados “estranhos”, divergentes da heteronormatividade imposta, e que mudam a todo momento. A identificação como *queer* pode ser não somente um adjetivo ou um substantivo, como também um verbo. O ato de “*queer*” um cenário ou um ambiente quer dizer desestabilizá-lo. Dessa feita, o *queer* identifica-se com a transformação constante, o que demanda uma alteração nos discursos⁴¹.

O questionamento à imposição de noções fixas de sexualidade e gênero remonta aos anos 70 do século XX, aos estudos feitos por feministas lésbicas que não se identificavam com as feministas

³⁶ COLLINS, 2015, p. 28.

³⁷ ENLOE, 2014, passim.

³⁸ COLLINS, op. cit., p. 34.

³⁹ HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: AnnaBlume, 2005.

⁴⁰ RICHTER-MONTPETIT, Melanie. Everything You Always Wanted to Know About Sex (in IR) But Were Afraid to Ask: The ‘Queer Turn’ in International Relations. *Millennium: Journal of International Studies*, p.1-21, 2017.

⁴¹ PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. *Queer* nos trópicos, *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCAR*. São Carlos, v. 2, n. 2, jul.-dez. 2012, p. 371-394.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

negras. Nas Relações Internacionais, em particular, nos anos 90, V. Spike Peterson e Cynthia Weber questionavam o heterossexismo dos Estados e dos nacionalismos⁴².

A teoria *queer* origina um novo modo de produzir ciência que se difere dos cânones tradicionais, ao criticar o enquadramento dos sujeitos em categorias pré-determinadas e considerar que o sujeito é formado continuamente em um processo político⁴³. Essa visão pode ser associada àquela de que o gênero, conforme preleciona J. Ann Tickner, é uma construção social e que, portanto, pode ser e é modificado ao longo do tempo.

Melanie Richter-Montpetit apresenta as críticas da teoria *queer* em relação à teoria LGBT, pois esta trabalha com uma sexualidade formada e estável, em vez de considerar a construção de categorias que originam novas formas de opressão. A teoria *queer* considera uma constituição mútua entre o que é considerado normal e perverso sexualmente. Com isso, é possível estudar os sujeitos e práticas, assim como o que é considerado “os regimes do normal”, que não se referem somente à sexualidade, seja nacionalmente ou transnacionalmente. Desse modo, a teoria contribui ao conceituar gênero e sexualidade como

parte de relações de poder muito mais abrangentes que estabelecem padrões de normalização. Um exemplo disso é a consideração de grupos insurgentes como anormais, seguindo critérios de raça⁴⁴.

As lutas LGBT já empreenderam discussões importantes sobre a universalização dos direitos humanos, política externa, intervenções militares, e outros. Principalmente, sobre a construção da ideia de que o Estado soberano baseia-se no homem soberano, não somente quanto ao gênero, como também ao masculino heterossexual, o qual também é racializado. Forma-se, assim, a visão do outro não ocidental como inferior, análogo à visão do “homossexual perverso”⁴⁵.

A teoria *queer* questiona-se, por exemplo, de que forma as ideias de gênero e sexualidade modelam a política externa e operações militares. Algumas vertentes, inclusive, não se limitam à sexualidade e procuram investigar as normatividades de forma geral⁴⁶.

A teoria *queer* visa combater a limitação da análise internacional a modelos dicotômicos. Analisar somente dicotomias como homem-mulher ou guerra-paz⁴⁷ é pobre e insuficiente. Quanto a isso, é importante a contribuição de Cynthia Weber, sobre a análise da soberania. Com o

⁴² RICHTER-MONTPETIT, 2012, passim.

⁴³ Ibid.

⁴⁴ RICHTER-MONTPETIT, 2012, p. 5-6.

⁴⁵ Ibid.

⁴⁶ Ibid., passim.

⁴⁷ MERCHER, 2018.



exemplo da política externa dos EUA: essa não é limitada à dicotomia homem-mulher. Tal política é conduzida por homens brancos heterossexuais, conservadores e nacionalistas, cuja imagem se consubstancia na figura do presidente Donald Trump⁴⁸.

Apesar de sua importância, a teoria LGBT é criticada pela teoria *queer* por manter categorias fixas e pré-determinadas⁴⁹, o que pode gerar novas formas de opressão, pois mantêm sujeitos e corpos à margem dessa delimitação. Todavia, uma das críticas feitas à teoria *queer* é a de que a desestabilização das categorias poderia ocasionar uma desorganização e não especificação que atrapalharia a análise científica. De fato, as categorias são consideradas, muitas vezes, como um pressuposto metodológico para facilitar a compreensão dos fenômenos. Por isso, a teoria *queer* deve ser analisada com a devida atenção.

A aplicação da teoria *queer* em RI significa não limitar a análise ao nível internacional, considerando a formação das sociedades; em vez de necessariamente refutar ou comprovar hipóteses, busca-se mensurar graus explicativos; e procura-se associar, nos múltiplos patamares de interação social, gênero, valores e poder⁵⁰.

O gênero, conforme visto, é uma construção social. Assim, aquilo que é considerado feminino e a categoria considerada como mulher podem modificar-se com o passar do tempo. A teoria *queer* contribui ao feminismo interseccional por abarcar a sexualidade e outras opressões.

Além disso, contribui por defender a desestabilização e o questionamento das categorias impostas. Isso permite questionar o próprio conceito de mulher e as opressões pelas quais aquelas que são consideradas mulheres passam, o que pode possibilitar a desconstrução gradual dessa categoria que gera opressão.

A teoria *queer* também agrega ao criticar a mera busca de inclusão e luta por direitos. Essas práticas devem sim, ocorrer. As mulheres devem sim desenvolver meios de incluir-se nos debates de relações internacionais e na cena internacional em si. Porém, isso não basta. É preciso também criticar e levar adiante a desestabilização das categorias de gênero, sexualidade, classe, raça, dentre outras. As categorias devem, portanto, estar em constante reexame, a fim de evitar novas formas de opressão. A própria identificação das mulheres com a categoria considerada “mulher” pode possibilitar a luta para que as mulheres não sofram a opressão à qual estão submetidas, considerando que a

⁴⁸ WEBER apud MERCHER, 2018, p. 154-155.

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ MERCHER, 2018, p. 154.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

busca de inclusão no sistema pode ser um meio para modificá-lo de dentro. Então, não há nada errado em procurar incluir-se.

O feminismo interseccional, portanto, pode promover o diálogo entre diversas teorias, de forma a enriquecer a luta pela libertação das mulheres, contribuir para a emancipação de outros grupos e para mudança na construção das Relações Internacionais, de forma que esta não reflita somente os interesses masculinos e brancos.

Conclusões

As teorias tradicionais das Relações Internacionais são indubitavelmente insuficientes para explicar a complexidade dos fenômenos internacionais. A desconsideração de variáveis como gênero, sexualidade, raça e classe torna a análise incompleta, pois são elementos construtores das hierarquias e diferenças.

O ponto de vista feminista interseccional é um bom caminho para o estudo das opressões de gênero no cenário internacional, pois permite compreender que há diversos fatores que originam opressões. A epistemologia feminista questiona o cânone científico tradicional e parte do pressuposto de que o/a cientista interfere sim na realidade e que sua pessoa influi nos resultados alcançados. Além

disso, é importante a interdisciplinaridade, assim como fatores particulares das mulheres, as quais, mesmo individualmente, contribuem para a luta contra a opressão e para a construção do cenário internacional.

Nesse diapasão, a teoria *queer* traz importantes contribuições ao feminismo interseccional. Além de trazer a perspectiva do papel da normatividade da sexualidade para a construção internacional, essa teoria sugere a constante desestabilização das categorias nas quais os sujeitos são enquadrados, a fim de evitar novas formas de opressão. Dessa feita, o feminismo interseccional pode acrescentar tais ideias da teoria *queer* à sua produção científica, a fim de enriquecer a luta contra a opressão e de não virar as costas a aspectos fundamentais da desigualdade. Os conceitos devem, assim, ser constantemente revisitados, desestabilizados e questionados, para a busca de um mundo mais justo.

Agradecimentos

Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Agradeço à CAPES, ao Prof. Victor C. Lage e à Prof^a. Renata Nagamine.



Referências

- ANIEVAS, A.; MANCHANDA, N.; SHILLIAM, R.. Confronting the Global Colour Line. In: ANIEVAS, A.; MANCHANDA, N.; e SHILLIAM, R. (eds.). *Race and Racism in International Relations: Confronting the Colour Global Line*. Londres e Nova York: Routledge, 2015.
- COLLINS, P. H. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categoria de análise e conexão. In: MORENO, R. (org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. SP: SOF, 2015.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero, *Estudos feministas*, 1, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2018.
- ENLOE, Cynthia. *Bananas, Beaches and Bases: making feminist sense of international politics*. Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press, 2014.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: AnnaBlume, 2005.
- MERCHER, L. Teoria Queer e Relações Internacionais: análise da permeabilidade acadêmica de gênero no Brasil. *Mural Internacional*, v. 8, n. 2, p. 150-164, set. 2018. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/34466>>. Acesso em: 9 nov. 2018.
- PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. *Queer nos trópicos*, *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCAR*. São Carlos, v. 2, n. 2, jul.-dez. 2012, p. 371-394.
- RICHTER-MONTPETIT, Melanie. Everything You Always Wanted to Know About Sex (in IR) But Were Afraid to Ask: The ‘Queer Turn’ in International Relations. *Millennium: Journal of International Studies*, p.1-21, 2017.
- RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10, 2013. Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2013.
- SMITH, S. Positivism and Beyond. In: SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. (ed.). *International theory: positivism and beyond*. Cambridge: University Press, 1996.
- _____. The Self-Images of a Discipline: a genealogy of international relations theory. In: SMITH, Steve (ed.). *International Relations Theory Today*. University Park: Pennsylvania State University Press, 1995.
- TICKNER, Arlene. Core, Periphery and (Neo)Imperialist International Relations. *European Journal of International Relations*, vol.19, n.2, p.627-646, 2013.
- TICKNER, J. Ann. Continuing the conversation... *International Studies Quarterly*, vol. 42, n.1, p. 205-210, 1998. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2600826>>. Acesso em: 18 ago. 2018.
- _____. Identity in International Relations Theory: feminist perspectives. In: LAPID, Y.; KRATOCHWIL, F. (eds.). *The Return of Culture and Identity in IR Theory*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1996.
- _____. You Just Don't Understand: Troubled Engagements between Feminists and IR Theorists, *International Studies Quarterly*, vol. 41, n. 4, 1997, p. 611-632.